



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Carlos Patriota Malta

APELAÇÃO CÍVEL 0327634-6

COMARCA : 2ª VARA CÍVEL DE IGARASSU

APELANTE : MARIA DO ROSÁRIO DA SILVA

ADVOGADO : ALDO RIBEIRO DA SILVA – PE027653

APELADA : COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO – COMPESA

RELATOR : DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

ÓRGÃO JULGADOR: SEXTA CÂMARA CÍVEL

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE COBRANÇA – INADIMPLENTO DE PARCELA CONTRATUAL – INSCRIÇÃO NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO E INTERRUPTÃO DO SERVIÇO – LICITUDE DA CONDUTA – DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS – APELO IMPROVIDO – DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos da **APELAÇÃO CÍVEL nº 0327634-6**, em que figuram como parte Apelante **MARIA DO ROSÁRIO DA SILVA** e como parte Apelada **COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO – COMPESA**, os Senhores Desembargadores componentes da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco acordam o seguinte: *“Por unanimidade de votos, negou-se provimento à apelação, nos termos do voto da turma”*. Revisão em mesa acompanhando integralmente o voto do Relator. Tudo de acordo com o relatório, o voto, e o termo de julgamento, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife, 02 de junho de 2014.

Des. José Carlos Patriota Malta
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Carlos Patriota Malta

66

APELAÇÃO CÍVEL 0327634-6

COMARCA : 2ª VARA CÍVEL DE IGARASSU

APELANTE : MARIA DO ROSÁRIO DA SILVA

ADVOGADO : ALDO RIBEIRO DA SILVA – PE027653

APELADA : COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO – COMPESA

RELATOR : DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

ÓRGÃO JULGADOR: SEXTA CÂMARA CÍVEL

RELATÓRIO

Trata-se de Apelação Cível interposta contra Sentença (fl. 42/43 v.) proferida pelo MM. Juiz da 2ª Vara Cível de Igarassu, nos autos de Ação de Cobrança Indevida c/c Compensação por Danos Morais com Pedido de Antecipação dos Efeitos da Tutela, que julgou improcedente o pedido autoral, com fulcro no artigo 269, I do CPC. Condenou ainda a APELANTE ao pagamento das custas processuais, que ficam com sua exigibilidade suspensa pelo deferimento do benefício da justiça gratuita.

A presente apelação tem por objetivo a reforma integral da decisão proferida pelo Juiz Singular, para condenar a APELADA ao pagamento de indenização por danos morais.

A APELANTE, insatisfeita, aduz que o julgamento da lide contrariou as provas acostadas a estes autos, que demonstraram inexistir qualquer dívida em seu nome.

Defende que, segundo extrato emitido pela própria APELADA, não existem contas em aberto no nome da APELANTE, capazes de ensejar a ocorrida inscrição nos órgãos de proteção ao crédito.

Sem contrarrazões.

É o relatório.

À Douta revisão.

Recife, 07 de março de 2014.

Des. José Carlos Patriota Malta
Relator



75

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Carlos Patriota Malta

APELAÇÃO CÍVEL 0327634-6

COMARCA : 2ª VARA CÍVEL DE IGARASSU

APELANTE : MARIA DO ROSÁRIO DA SILVA

ADVOGADO : ALDO RIBEIRO DA SILVA – PE027653

APELADA : COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO – COMPESA

RELATOR : DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

ÓRGÃO JULGADOR: SEXTA CÂMARA CÍVEL

VOTO RELATOR

Trata-se de ação de cobrança em que pleiteia a ora APELANTE indenização por danos morais em virtude de suposta negativação indevida nos órgãos de proteção ao crédito.

Aduz a APELANTE que, não obstante ter adimplido as faturas atinentes aos meses de maio/2010 e dezembro/2012, teve seu nome inscrito no cadastro de inadimplentes, bem como interrompido o fornecimento da prestação de serviço pela empresa APELADA.

Afirma que a segunda via da parcela referente ao mês de maio de 2010 foi erroneamente impressa pela APELADA, que emitiu a fatura relativa ao ano de 2012.

Pois bem.

No que tange à parcela do mês de dezembro, verifico, conforme documentos acostados às fls. 19 e 38, que a APELANTE a adimpliu adequadamente no dia 04.02.2013. Com efeito, com relação à fatura mencionada, dispenso maiores digressões.

No entanto, no que diz respeito à parcela do mês de maio, há considerações a fazer. Observo, de início, que a APELANTE, a fim de comprovar o referido adimplemento, juntou aos autos o extrato de fl. 38. Todavia, confrontando as peças de fls. 15/16 com as de fls. 17/18, verifico se tratar da mesma fatura, datada de maio de 2012.

Dessa forma, constato que a APELANTE, negligentemente, efetuou em duplicidade o pagamento da dita parcela, abstenho-se, por outro lado, de adimplir a fatura atinente ao mês de maio de 2010. Inclusive, o próprio documento acostado à fl. 38 ratifica tal fato, demonstrando o pagamento repetido tanto do mês de maio de 2012 quanto do mês de abril de 2010.

Destaco ainda que, conforme peça acostada à fl. 32, a APELADA realizou a devida notificação à APELANTE, informando-lhe acerca do atraso no pagamento da parcela e instando a fazê-lo no prazo acordado, sob pena de corte do fornecimento de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Carlos Patriota Malta

água. No fundo, à APELANTE cabia adotar os cuidados necessários relativos ao devido adimplemento, ônus do qual não se desincumbiu e que dele não pode se furtar.

Ademais, a APELANTE limitou-se a trazer, em seu apelo, argumentos vagos e genéricos, nada discorrendo acerca da legitimidade de sua pretensão.

Sendo assim e à luz dos argumentos apresentados, entendo não assistir razão à APELANTE que, revelando-se inadimplente quanto ao pagamento de uma das parcelas contratadas, deu ensejo à conduta da APELADA na busca da regularização de seu direito. Por conseguinte, não há que falar em indenização por danos morais, como pleiteada pela APELANTE, visto que não se vislumbra qualquer ilicitude na postura da APELADA.

Posto isto, **VOTO NO SENTIDO DE NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO**, mantendo-se incólume a sentença vergastada.

É COMO VOTO.

— Recife, 27/05/2014

[Assinatura]

[Assinatura]

Revistos, peço pauta.

Recife, 11/04/2014


Des. Evandro Magalhães Melo
Revisor